



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente
Estado do Rio Grande do Sul



LICENÇA AMBIENTAL - Licença Única

Nº: 1172

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei nº 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), por meio da Resolução nº 179, de 26 de fevereiro de 2008 no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA nº 102/2005, nº 110/2005, nº 111/2005, nº 167/2007, nº 168/2007, nº 232/2010 e COMDEMA nº 001/2011, conforme Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Municipal nº 6.365/2007 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo nº 304 de 13-08-2014, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza :

I. EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Razão Social:	cooperarroio - cooperativa habitacional e de produção agro-industrial arroio da manteiga ltda
CNPJ:	03.661.161/0001-14
Endereço:	Rua General Neto, 939 - apto 301
Bairro/CEP:	Centro / 96015-280
Município/Estado:	Pelotas / RS
Telefone:	(53) 9923-9626
Email:	luizrbender@gmail.com
Endereço para correspondência é o mesmo do Empreendedor:	Sim
Representante Legal:	Luiz Bender
CPF (Cargo):	200.790.870-00 (Engenheiro)

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO / PROPRIEDADE

Razão Social:	cooperarroio
CNPJ:	*****
Endereço:	Rua Roberto Socoowski, 000 -
Bairro/Loteamento:	Junção
CEP:	96200-000
Área total do empreendimento:	11.700,73 m²

III. INFORMAÇÕES DO LICENCIAMENTO / ATIVIDADE

Nº Solicitação:	1347
Endereço da Atividade:	Rua Roberto Socoowski - 000 - Junção Rio Grande RS - 96200-000
Atividade/ Solicitação:	CONDOMÍNIO PLURIFAMILIAR / LOTEAMENTO RESIDENCIAL (Res. CONSEMA nº 111/2005)
Potencial Poluidor:	Médio
Total licenciado:	10.208,19 Área Total em Hectares (ha)
Válida do dia:	15/08/2014 ao 15/08/2015 (365 dias).

IV. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. 1. Condições e restrições gerais:

- 1.1. Esta licença contempla, exclusivamente, a fase de Licença Única para a futura implantação Condomínio Plurifamiliar/ Loteamento Residencial - COOPERARROIO – Cooperativa Habitacional e de Produção Agro-Indústria, no que se refere a sua viabilidade ambiental, localizada na Avenida Santos Dumont - Bairro Junção, Rio Grande – RS;
- 1.2. A área objeto do licenciamento, corresponde às construções da Quadra QVIIA=11.700,7372 m², onde será construído um Condomínio Plurifamiliar com 15 unidades autônomas com um pavimento térreo e mais 3 pavimentos superiores;
- 1.3. Esta licença não contemplará outra atividade diferente da informada pelo empreendedor;
- 1.4. A presente Licença Única aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação;
- 1.5. No caso de qualquer alteração que a empresa pretenda fazer (alteração do tipo de processo, ampliação de área, realocação, etc.) deverá ser providenciado o licenciamento prévio junto à SMMA.
- 1.6. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que consta no Plano Ambiental Municipal (PLAM), a localização do empreendimento supracitado, referenciada pelas coordenadas geográficas 32°03'45.92"S e 52°08'56.42"O, corresponde a Zona de Desenvolvimento constituindo áreas aptas para o desenvolvimento de atividades econômicas licenciadas;
- 1.7. A Unidade de Conservação existente num raio de 10 km do empreendimento é a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, criada em 22 de abril de 2005, através da Lei Municipal n° 6.084. Com relação à proximidade da APA, nada se tem a opor quanto à futura instalação do empreendimento, desde que o mesmo atenda à legislação ambiental vigente, bem como às condicionantes do licenciamento ambiental;
- 1.8. O planejamento do empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal N.º 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA N.º 303/2002, nas Leis Estaduais N.º 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e N.º 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Lei Municipal 6585/2008 (Plano Diretor Municipal);
- 1.9. Deverá ser destinada porcentagem da área do terreno para implantação de áreas verdes, afim de garantir a permeabilidade do solo;
- 1.10. O empreendedor deverá priorizar sistemas construtivos que objetivem a eficiência energética das edificações, a conservação da água, da biodiversidade e dos recursos naturais;
- 1.11. Esta licença só é válida se atender as legislações municipal, estadual e federal vigentes;
- 1.12. O empreendedor será responsável por manter as condições operacionais adequadas respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes de má operação no empreendimento;
- 1.13. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo a Lei 6.365/2007, em seu Art.

2. Quanto as vias de acesso:

- 2.1. A área do empreendimento deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras.

3. Quanto aos resíduos sólidos:

- 3.1. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;
- 3.2. Os resíduos da construção civil, gerados durante as obras de implantação do empreendimento, deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA n.º 307/2002;
- 3.3. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo,

tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos;

3.4. Não poderão ser utilizados locais próximos a corpos hídricos, considerando seu leito maior sazonal, para descartes de bota-foras, nem lançados in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

3.5. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;

3.6. O empreendedor deverá se adequar a Lei Nº12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos.

4. Quanto a drenagem pluvial:

4.1. Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;

4.2. Não será permitido lançamento de esgotamento sanitário no sistema de esgotamento de águas pluviais.

5. Quanto à supressão de vegetação:

5.1. Não poderá haver qualquer atividade de supressão de vegetação arbórea nativa na área em questão, de acordo com a Lei Estadual n.º 9.519/92, Artigo 6º (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul);

5.2. Na necessidade de intervenção deverá ser requerida prévia autorização ambiental junto a SMMA e a compensação deverá ser efetuada de acordo com os critérios técnicos descritos no Art. 23 da Lei Municipal 6.832/2009.

6. Quanto aos riscos Industriais:

6.1. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

7. Com vista à Instalação do empreendimento ou Renovação da Licença Única, o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento assinado pelo proprietário, solicitando a Licença Única para fase de Instalação;
2. Projeto de construção aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP;
3. Projeto de Drenagem Pluvial e Memorial descritivo contendo sentido dos escoamentos e sua destinação final;
4. Projetos aprovados pela CORSAN;
5. Projetos de implantação de áreas verdes no lote a fim de manter a permeabilidade do solo;
6. Documentação complementar referente aos estudos requeridos no termo de referência Licença Prévia no que diz respeito:
 - Informações sobre a Gleba - Memorial Descritivo informando as atividades que efetivamente serão desenvolvidas no local;
 - Informações sobre abastecimento de água e tratamento de efluentes;
 - Informações sobre o Meio Físico;
 - Relatório Fotográfico e representativo da gleba;
 - Diagnóstico do Potencial Arqueológico, realizado por um Técnico Responsável, com posicionamento do profissional sobre o uso da área e seus impactos para o uso proposto.
 - Definição do Sistema de Tratamento de Efluentes a ser utilizado, contemplando também o que será implantado no canteiro de obras;
 - Plano de controle ambiental completo, abrangendo:
 - Identificação dos impactos ambientais, contendo descrição e caracterização dos impactos que advirão da implantação do empreendimento sobre os meios diagnosticados;
 - Cronograma de Implantação das Obras, elaborados por profissionais devidamente

habilitados e com ART dos mesmos;

- Plano de controle ambiental, organizado com base nas informações de caracterização da gleba e identificação dos impactos ambientais, deve apresentar as propostas de medidas mitigadoras e compensatórias aos impactos identificados no item anterior;

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil;

- Programa de Educação Ambiental contemplando os funcionários da empresa contratada a realizar a construção do empreendimento, com ênfase sobre a questão dos resíduos sólidos da construção civil e arborização urbana.

7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos apresentados;

8. Apresentar comprovação do cumprimento de todas as condições e restrições previstas no texto da Licença anterior;

9. Apresentar Declaração de que o empreendimento habitacional é de Interesse Social;

10. Comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.

V. RENOVAÇÃO

I. Requerimento solicitando a renovação da Licença;

II. O formulário específico para Licenciamento da Atividade devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;

III. Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.

IV. Atender os requisitos e condicionantes constantes nesta licença.

VI. OBSERVAÇÕES:

I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento.

II. Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.

III. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie.

V. Esta licença só é válida para as condições contidas acima até a data de validade do documento ambiental, devendo sua renovação ser solicitada com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

VI. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar.

VII. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria.

VIII. A presente licença ambiental é emitida com base na legislação vigente e Pareceres Técnicos dos seguintes profissionais: Biól. Patrícia Coelho Machado, Eng. Civil Eduardo Malta Pinto, Eng. Quím. Rodrigo Davesac, integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento Ambiental da SMMA, constantes no processo de licenciamento ambiental nº 075/2014.

IX. Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

X. Anuência _____ aos _____ Termos _____ do _____ presente documento: _____

Rio Grande, 15 de Agosto de 2014

Míriam Villamil Balestro
Secretária de Município do Meio Ambiente

Wagner Terra Silveira
Secretário Adjunto do Meio Ambiente

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE ASSINADO E ARQUIVADO NESTA SECRETARIA



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente
Estado do Rio Grande do Sul



LICENÇA AMBIENTAL - Licença Única

Nº: 1171

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei nº 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), por meio da Resolução nº 179, de 26 de fevereiro de 2008 no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA nº 102/2005, nº 110/2005, nº 111/2005, nº 167/2007, nº 168/2007, nº 232/2010 e COMDEMA nº 001/2011, conforme Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Municipal nº 6.365/2007 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo nº 306 de 13-08-2014, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza :

I. EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Razão Social: COOPERLAR - cooperativa de trabalho e habitação nosso lar Ltda.
CNPJ: 10.772.307/0001-64
Endereço: Rua General Neto, 939 - apto 301
Bairro/CEP: Centro / 96015-280
Município/Estado: Pelotas / RS
Telefone: (53) 9923-9626
Email: luizrbender@gmail.com
Endereço para correspondência é o mesmo do Empreendedor: Sim
Representante Legal: Luiz Bender
CPF (Cargo): 200.790.870-00 (Engenheiro)

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO / PROPRIEDADE

Razão Social: cooperlar - cooperativa de trabalho e habitação nosso lar Ltda
CNPJ: *****
Endereço: Rua Socoowski, 000 -
Bairro/Loteamento: Junção
CEP: 96200-000
Área total do empreendimento: 16.299,96 m²

III. INFORMAÇÕES DO LICENCIAMENTO / ATIVIDADE

Nº Solicitação: 1346
Endereço da Atividade: Rua Socoowski - 000 - Junção
Rio Grande RS - 96200-000
Atividade/ Solicitação: CONDOMÍNIO PLURIFAMILIAR / LOTEAMENTO RESIDENCIAL
(Res. CONSEMA nº 111/2005)
Potencial Poluidor: Médio
Total licenciado: 16.299,96 Área Total em Hectares (ha)
Válida do dia: 15/08/2014 ao 15/08/2015 (365 dias).

IV. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. 1. Condições e restrições gerais:

1.1. Esta licença contempla, exclusivamente, a fase de Licença Única para a futura

implantação Condomínio Plurifamiliar/ Loteamento Residencial - COOPERLAR - Cooperativa de Trabalho e Habitação Nosso LAR, no que se refere a sua viabilidade ambiental, localizada na Avenida Santos Dumont - Bairro Junção, Rio Grande - RS;

1.2. A área objeto do licenciamento, corresponde às construções da Quadra QIIB=16.299,9664 m², onde será construído um Condomínio Plurifamiliar com 21 unidades autônomas com um pavimento térreo e mais 3 pavimentos superiores;

1.3. Esta licença não contemplará outra atividade diferente da informada pelo empreendedor;

1.4. A presente Licença Única aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação;

1.5. No caso de qualquer alteração que a empresa pretenda fazer (alteração do tipo de processo, ampliação de área, realocação, etc.) deverá ser providenciado o licenciamento prévio junto à SMMA.

1.6. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que consta no Plano Ambiental Municipal (PLAM), a localização do empreendimento supracitado, referenciada pelas coordenadas geográficas 32°03'45.92"S e 52°08'56.42"O, corresponde a Zona de Desenvolvimento constituindo áreas aptas para o desenvolvimento de atividades econômicas licenciadas;

1.7. A Unidade de Conservação existente num raio de 10 km do empreendimento é a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, criada em 22 de abril de 2005, através da Lei Municipal n.º 6.084. Com relação à proximidade da APA, nada se tem a opor quanto à futura instalação do empreendimento, desde que o mesmo atenda à legislação ambiental vigente, bem como às condicionantes do licenciamento ambiental;

1.8. O planejamento do empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal N.º 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA N.º 303/2002, nas Leis Estaduais N.º 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e N.º 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Lei Municipal 6585/2008 (Plano Diretor Municipal);

1.9. Deverá ser destinada porcentagem da área do terreno para implantação de áreas verdes, afim de garantir a permeabilidade do solo;

1.10. O empreendedor deverá priorizar sistemas construtivos que objetivem a eficiência energética das edificações, a conservação da água, da biodiversidade e dos recursos naturais.

1.11. Esta licença só é válida se atender as legislações municipal, estadual e federal vigentes;

1.12. O empreendedor será responsável por manter as condições operacionais adequadas respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da operação no empreendimento;

1.13. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo a Lei 6.365/2007, em seu Art. 12.

2. Quanto as vias de acesso:

2.1. A área do empreendimento deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras.

3. Quanto aos resíduos sólidos:

3.1. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;

3.2. Os resíduos da construção civil, gerados durante as obras de implantação do empreendimento, deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA n.º 307/2002;

3.3. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não

isenta as pessoas físicas ou jurídicas da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos;

3.4. Não poderão ser utilizados locais próximos a corpos hídricos, considerando seu leito maior sazonal, para descartes de bota-foras, nem lançados in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

3.5. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;

3.6. O empreendedor deverá se adequar a Lei Nº12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos.

4. Quanto a drenagem pluvial:

4.1. Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;

4.2. Não será permitido lançamento de esgotamento sanitário no sistema de esgotamento de águas pluviais.

5. Quanto à supressão de vegetação:

5.1. Não poderá haver qualquer atividade de supressão de vegetação arbórea nativa na área em questão, de acordo com a Lei Estadual n.º 9.519/92, Artigo 6º (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul);

5.2. Na necessidade de intervenção deverá ser requerida prévia autorização ambiental junto a SMMA e a compensação deverá ser efetuada de acordo com os critérios técnicos descritos no Art. 23 da Lei Municipal 6.832/2009.

6. Quanto aos riscos Industriais:

6.1. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

7. Com vista à Instalação do empreendimento ou Renovação da Licença Única, o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento assinado pelo proprietário, solicitando a Licença Única para fase de Instalação;

2. Projeto de construção aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP;

3. Projeto de Drenagem Pluvial e Memorial descritivo contendo sentido dos escoamentos e sua destinação final;

4. Projetos aprovados pela CORSAN;

5. Projetos de implantação de áreas verdes no lote a fim de manter a permeabilidade do solo;

6. Documentação complementar referente aos estudos requeridos no termo de referência Licença Prévia no que diz respeito:

- Informações sobre a Gleba - Memorial Descritivo informando as atividades que efetivamente serão desenvolvidas no local;

- Informações sobre abastecimento de água e tratamento de efluentes;

- Informações sobre o Meio Físico:

- Relatório Fotográfico e representativo da gleba;

- Diagnóstico de potencial Arqueológico, realizado por um Técnico Responsável, com posicionamento do profissional sobre o uso da área e seus impactos para o uso proposto.

- Definição do Sistema de Tratamento de Efluentes a ser utilizado, contemplando também o que será implantado no canteiro de obras;

- Plano de controle ambiental completo, abrangendo:

- Identificação dos impactos ambientais, contendo descrição e caracterização dos impactos que advirão da implantação do empreendimento sobre os meios diagnosticados;

- Cronograma de Implantação das Obras, elaborados por profissionais devidamente habilitados e com ART dos mesmos;

- Plano de controle ambiental, organizado com base nas informações de caracterização da gleba e identificação dos impactos ambientais, deve apresentar as propostas de medidas mitigadoras e compensatórias aos impactos identificados no item anterior;
 - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil;
 - Programa de Educação Ambiental contemplando os funcionários da empresa contratada a realizar a construção do empreendimento, com ênfase sobre a questão dos resíduos sólidos da construção civil e arborização urbana.
7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos apresentados;
 8. Apresentar comprovação do cumprimento de todas as condições e restrições previstas no texto da Licença anterior;
 9. Apresentar Declaração de que o empreendimento habitacional é de Interesse Social;
 10. Comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.

V. RENOVAÇÃO

- I. Requerimento solicitando a renovação da Licença;
- II. O formulário específico para Licenciamento da Atividade devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;
- III. Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.
- IV. Atender os requisitos e condicionantes constantes nesta licença.

VI. OBSERVAÇÕES:

- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento.
- II. Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.
- III. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie.
- V. Esta licença só é válida para as condições contidas acima até a data de validade do documento ambiental, devendo sua renovação ser solicitada com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência.
- VI. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar.
- VII. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria.
- VIII. A presente licença ambiental é emitida com base na legislação vigente e Pareceres Técnicos dos seguintes profissionais: Biól. Patricia Coelho Machado, Eng. Civil Eduardo Malta Pinto, Eng. Quím. Rodrigo Davesac, integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento Ambiental da SMMA, constantes no processo de licenciamento ambiental nº 077/2014.
- IX. Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.
- X. Anuência _____ aos _____ Termos _____ do _____ presente documento: _____

Rio Grande, 15 de Agosto de 2014

Míriam Villamil Balestro
Secretária de Município do Meio Ambiente

Wagner Terra Silveira
Secretário Adjunto do Meio Ambiente

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE ASSINADO E ARQUIVADO NESTA SECRETARIA



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente
Estado do Rio Grande do Sul



LICENÇA AMBIENTAL - Licença Única

Nº: 1169

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei nº 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), por meio da Resolução nº 179, de 26 de fevereiro de 2008 no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA nº 102/2005, nº 110/2005, nº 111/2005, nº 167/2007, nº 168/2007, nº 232/2010 e COMDEMA nº 001/2011, conforme Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Municipal nº 6.365/2007 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo nº 302 de 13-08-2014, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza :

I. EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Razão Social: COOPERNOVA - Cooperativa de Produção, Trabalho e Habitação Ltda.
CNPJ: 07.340.333/0001-09
Endereço: Rua General Neto, 939 - apto 301
Bairro/CEP: Centro / 96015-280
Município/Estado: Pelotas / RS
Telefone: (53) 9923-9626
Email: luizrbender@gmail.com
Endereço para correspondência é o mesmo do Empreendedor: Sim
Representante Legal: Luiz Bender
CPF (Cargo): 200.790.870-00 (Engenheiro)

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO / PROPRIEDADE

Razão Social: COOPERNOVA
CNPJ: *****
Endereço: Rua Roberto Socoowski, 000 -
Bairro/Loteamento: Junção
CEP: 96200-000
Área total do empreendimento: 16.299,96 m²

III. INFORMAÇÕES DO LICENCIAMENTO / ATIVIDADE

Nº Solicitação: 1349
Endereço da Atividade: Rua Roberto Socoowski - 000 - Junção
Rio Grande RS - 96200-000
Atividade/ Solicitação: CONDOMÍNIO PLURIFAMILIAR / LOTEAMENTO RESIDENCIAL
(Res. CONSEMA nº 111/2005)
Potencial Poluidor: Médio
Total licenciado: 16.299,96 Área Total em Hectares (ha)
Válida do dia: 15/08/2014 ao 15/08/2015 (365 dias).

IV. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Condições e restrições gerais:

- 1.1. Esta licença contempla, exclusivamente, a fase de Licença Única para a futura implantação Condomínio Plurifamiliar/ Loteamento Residencial - COOPERNOVA – Cooperativa de Produção, Trabalho e Habitação, no que se refere a sua viabilidade ambiental, localizada na Avenida Santos Dumont - Bairro Junção, Rio Grande – RS;
- 1.2. A área objeto do licenciamento, corresponde às construções da Quadra QIIA=16.299,9664 m², onde será construído um Condomínio Plurifamiliar com 21 unidades autônomas com um pavimento térreo e mais 3 pavimentos superiores;
- 1.3. Esta licença não contemplará outra atividade diferente da informada pelo empreendedor;
- 1.4. A presente Licença Única aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação;
- 1.5. No caso de qualquer alteração que a empresa pretenda fazer (alteração do tipo de processo, ampliação de área, realocação, etc.) deverá ser providenciado o licenciamento prévio junto à SMMA.
- 1.6. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que consta no Plano Ambiental Municipal (PLAM), a localização do empreendimento supracitado, referenciada pelas coordenadas geográficas 32°03'45.92"S e 52°08'56.42"O, corresponde a Zona de Desenvolvimento constituindo áreas aptas para o desenvolvimento de atividades econômicas licenciadas;
- 1.7. A Unidade de Conservação existente num raio de 10 km do empreendimento é a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, criada em 22 de abril de 2005, através da Lei Municipal n° 6.084. Com relação à proximidade da APA, nada se tem a opor quanto à futura instalação do empreendimento, desde que o mesmo atenda à legislação ambiental vigente, bem como às condicionantes do licenciamento ambiental;
- 1.8. O planejamento do empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal N.º 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA N.º 303/2002, nas Leis Estaduais N.º 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e N.º 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Lei Municipal 6585/2008 (Plano Diretor Municipal);
- 1.9. Deverá ser destinada porcentagem da área do terreno para implantação de áreas verdes, afim de garantir a permeabilidade do solo;
- 1.10. O empreendedor deverá priorizar sistemas construtivos que objetivem a eficiência energética das edificações, a conservação da água, da biodiversidade e dos recursos naturais;
- 1.11. Esta licença só é válida se atender as legislações municipal, estadual e federal vigentes;
- 1.12. O empreendedor será responsável por manter as condições operacionais adequadas respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes de má operação no empreendimento;
- 1.13. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo a Lei 6.365/2007, em seu Art.

2. Quanto as vias de acesso:

- 2.1. A área do empreendimento deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras.

3. Quanto aos resíduos sólidos:

- 3.1. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;
- 3.2. Os resíduos da construção civil, gerados durante as obras de implantação do empreendimento, deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA n.º 307/2002;
- 3.3. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo,

tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos;

3.4. Não poderão ser utilizados locais próximos a corpos hídricos, considerando seu leito maior sazonal, para descartes de bota-foras, nem lançados in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

3.5. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;

3.6. O empreendedor deverá se adequar a Lei Nº12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos.

4. Quanto a drenagem pluvial:

4.1. Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;

4.2. Não será permitido lançamento de esgotamento sanitário no sistema de esgotamento de águas pluviais.

5. Quanto à supressão de vegetação:

5.1. Não poderá haver qualquer atividade de supressão de vegetação arbórea nativa na área em questão, de acordo com a Lei Estadual n.º 9.519/92, Artigo 6º (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul);

5.2. Na necessidade de intervenção deverá ser requerida prévia autorização ambiental junto a SMMA e a compensação deverá ser efetuada de acordo com os critérios técnicos descritos no Art. 23 da Lei Municipal 6.832/2009.

6. Quanto aos riscos Industriais:

6.1. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

7. Com vista à Instalação do empreendimento ou Renovação da Licença Única, o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento assinado pelo proprietário, solicitando a Licença Única para fase de Instalação;
2. Projeto de construção aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP;
3. Projeto de Drenagem Pluvial e Memorial descritivo contendo sentido dos escoamentos e sua destinação final;
4. Projetos aprovados pela CORSAN;
5. Projetos de implantação de áreas verdes no lote a fim de manter a permeabilidade do solo;
6. Documentação complementar referente aos estudos requeridos no termo de referência Licença Prévia no que diz respeito:

- Informações sobre a Gleba - Memorial Descritivo informando as atividades que efetivamente serão desenvolvidas no local;
- Informações sobre abastecimento de água e tratamento de efluentes;
- Informações sobre o Meio Físico;
- Relatório Fotográfico e representativo da gleba;
- Diagnóstico do Potencial Arqueológico, realizado por um Técnico Responsável, com posicionamento do profissional sobre o uso da área e seus impactos para o uso proposto.
- Definição do Sistema de Tratamento de Efluentes a ser utilizado, contemplando também o que será implantado no canteiro de obras;
- Plano de controle ambiental completo, abrangendo:
 - Identificação dos impactos ambientais, contendo descrição e caracterização dos impactos que advirão da implantação do empreendimento sobre os meios diagnosticados;

- Cronograma de Implantação das Obras, elaborados por profissionais devidamente habilitados e com ART dos mesmos;
 - Plano de controle ambiental, organizado com base nas informações de caracterização da gleba e identificação dos impactos ambientais, deve apresentar as propostas de medidas mitigadoras e compensatórias aos impactos identificados no item anterior;
 - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil;
 - Programa de Educação Ambiental contemplando os funcionários da empresa contratada a realizar a construção do empreendimento, com ênfase sobre a questão dos resíduos sólidos da construção civil e arborização urbana.
7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos apresentados;
 8. Apresentar comprovação do cumprimento de todas as condições e restrições previstas no texto da Licença anterior;
 9. Apresentar Declaração de que o empreendimento habitacional é de Interesse Social;
 10. Comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.

V. RENOVAÇÃO

- I. Requerimento solicitando a renovação da Licença;
- II. O formulário específico para Licenciamento da Atividade devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;
- III. Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.
- IV. Atender os requisitos e condicionantes constantes nesta licença.

VI. OBSERVAÇÕES:

- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento.
- II. Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.
- III. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie.
- V. Esta licença só é válida para as condições contidas acima até a data de validade do documento ambiental, devendo sua renovação ser solicitada com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência.
- VI. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar.
- VII. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria.
- VIII. A presente licença ambiental é emitida com base na legislação vigente e Pareceres Técnicos dos seguintes profissionais: Biól. Patricia Coelho Machado, Eng. Civil Eduardo Malta Pinto, Eng. Quím. Rodrigo Davesac, integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento Ambiental da SMMA, constantes no processo de licenciamento ambiental nº 078/2014.
- IX. Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.
- X. Anuência _____ aos _____ Termos _____ do _____ presente documento: _____

Rio Grande, 15 de Agosto de 2014

Míriam Villamil Balestro
Secretária de Município do Meio Ambiente

Wagner Terra Silveira
Secretário Adjunto do Meio Ambiente

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE ASSINADO E ARQUIVADO NESTA SECRETARIA



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente
Estado do Rio Grande do Sul



LICENÇA AMBIENTAL - Licença Única

Nº: 1170

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei nº 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), por meio da Resolução nº 179, de 26 de fevereiro de 2008 no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA nº 102/2005, nº 110/2005, nº 111/2005, nº 167/2007, nº 168/2007, nº 232/2010 e COMDEMA nº 001/2011, conforme Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Municipal nº 6.365/2007 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo nº 305 de 13-08-2014, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza :

I. EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Razão Social: COOTRAHAB - cooperativa de Trabalho Habitação e Consumo Construindo Cidadania
CNPJ: 10.772.307/0001-64
Endereço: Rua General Neto, 939 - apto 301
Bairro/CEP: Centro / 96015-280
Município/Estado: Pelotas / RS
Telefone: (53) 9923-9626
Email: luizrbender@gmail.com
Endereço para correspondência é o mesmo do Empreendedor: Sim
Representante Legal: Luiz Bender
CPF (Cargo): 200.790.870-00 (Engenheiro)

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO / PROPRIEDADE

Razão Social: Cootrahhab cooperativa de trabalho habitação e consumo construindo cidadania
CNPJ: 10772307000164
Endereço: Roberto Soocowski, 000 -
Bairro/Loteamento: Junção
CEP: 96200-000
Área total do empreendimento: 34.782,33 m²

III. INFORMAÇÕES DO LICENCIAMENTO / ATIVIDADE

Nº Solicitação: 1345
Endereço da Atividade: Roberto Soocowski - 000 - Junção
Rio Grande RS - 96200-000
Atividade/ Solicitação: CONDOMÍNIO UNIFAMILIAR / LOTEAMENTO RESIDENCIAL (Res. CONSEMA nº 102/2005)
Potencial Poluidor: Médio
Total licenciado: 34.782,33 Área Total em Hectares (ha)
Válida do dia: 15/08/2014 ao 15/08/2015 (365 dias).

IV. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

15/09/2015 - Solicitar a Renovação

1. Condições e restrições gerais:

1.1. Esta licença contempla, exclusivamente, a fase de Licença Única para a futura implantação Condomínio Unifamiliar/ Loteamento Residencial - COOTRAHAB – Cooperativa de Trabalho, Habitação e Consumo, no que se refere a sua viabilidade ambiental, localizada na Avenida Santos Dumont - Bairro Junção, Rio Grande – RS;

1.2. A área objeto do licenciamento, corresponde às construções das Quadras QIA=25.974,54 m² e QVIA=8.807,79 m², totalizando 34.782,33 m²;

1.3. Esta licença não contemplará outra atividade diferente da informada pelo empreendedor;

1.4. A presente Licença Única aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação;

1.5. No caso de qualquer alteração que a empresa pretenda fazer (alteração do tipo de processo, ampliação de área, realocação, etc.) deverá ser providenciado o licenciamento prévio junto à SMMA.

1.6. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que consta no Plano Ambiental Municipal (PLAM), a localização do empreendimento supracitado, referenciada pelas coordenadas geográficas 32°03'45.92"S e 52°08'56.42"O, corresponde a Zona de Desenvolvimento constituindo áreas aptas para o desenvolvimento de atividades economicamente licenciadas;

1.7. A Unidade de Conservação existente num raio de 10 km do empreendimento é a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, criada em 22 de abril de 2005, através da Lei Municipal n.º 6.084. Com relação à proximidade da APA, nada se tem a opor quanto à futura instalação do empreendimento, desde que o mesmo atenda à legislação ambiental vigente, bem como às condicionantes do licenciamento ambiental;

1.8. O planejamento do empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal N.º 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA N.º 303/2002, nas Leis Estaduais N.º 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e N.º 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Lei Municipal 6585/2008 (Plano Diretor Municipal);

1.9. Deverá ser destinada porcentagem da área do terreno para implantação de áreas verdes, afim de garantir a permeabilidade do solo;

1.10. O empreendedor deverá priorizar sistemas construtivos que objetivem a eficiência energética das edificações, a conservação da água, da biodiversidade e dos recursos naturais;

1.11. Esta licença só é válida se atender as legislações municipal, estadual e federal vigentes;

1.12. O empreendedor será responsável por manter as condições operacionais adequadas respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes de má operação no empreendimento;

1.13. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo a Lei 6.365/2007, em seu Art. 12.

2. Quanto as vias de acesso:

2.1. A área do empreendimento deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras.

3. Quanto aos resíduos sólidos:

3.1. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;

3.2. Os resíduos da construção civil, gerados durante as obras de implantação do empreendimento, deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA n.º 307/2002;

3.3. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo,

tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos;

3.4. Não poderão ser utilizados locais próximos a corpos hídricos, considerando seu leito maior sazonal, para descartes de bota-foras, nem lançados in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

3.5. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos, de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;

3.6. O empreendedor deverá se adequar a Lei Nº12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos.

4. Quanto a drenagem pluvial:

4.1. Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;

4.2. Não será permitido lançamento de esgotamento sanitário no sistema de esgotamento de águas pluviais.

5. Quanto à supressão de vegetação:

5.1. Não poderá haver qualquer atividade de supressão de vegetação arbórea nativa na área em questão, de acordo com a Lei Estadual n.º 9.519/92, Artigo 6º (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul);

5.2. Na necessidade de intervenção deverá ser requerida prévia autorização ambiental junto a SMMA e a compensação deverá ser efetuada de acordo com os critérios técnicos descritos no Art. 23 da Lei Municipal 6.832/2009.

6. Quanto aos riscos Industriais:

6.1. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

7. Com vista à Instalação do empreendimento ou Renovação da Licença Única, o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento assinado pelo proprietário, solicitando a Licença Única para fase de Instalação;

2. Projeto de construção aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP;

3. Projeto de Drenagem Pluvial e Memorial descritivo contendo sentido dos escoamentos e sua destinação final;

4. Projetos aprovados pela CORSAN;

5. Projetos de implantação de áreas verdes no lote a fim de manter a permeabilidade do solo;

6. Documentação complementar referente aos estudos requeridos no termo de referência Licença Prévia no que diz respeito:

- Informações sobre a Gleba - Memorial Descritivo informando as atividades que efetivamente serão desenvolvidas no local;

- Informações sobre abastecimento de água e tratamento de efluentes;

- Informações sobre o Meio Físico:

- Relatório Fotográfico e representativo da gleba;

- Diagnóstico do Potencial Arqueológico, realizado por um Técnico Responsável, com posicionamento do profissional sobre o uso da área e seus impactos para o uso proposto.

- Definição do Sistema de Tratamento de Efluentes a ser utilizado, contemplando também o que será implantado no canteiro de obras;

- Plano de controle ambiental completo, abrangendo:

- o Identificação dos impactos ambientais, contendo descrição e caracterização dos impactos que advirão da implantação do empreendimento sobre os meios diagnosticados;

o Cronograma de Implantação das Obras, elaborados por profissionais devidamente habilitados e com ART dos mesmos;
o Plano de controle ambiental, organizado com base nas informações de caracterização da gleba e identificação dos impactos ambientais, deve apresentar as propostas de medidas mitigadoras e compensatórias aos impactos identificados no item anterior;
o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil;
o Programa de Educação Ambiental contemplando os funcionários da empresa contratada a realizar a construção do empreendimento, com ênfase sobre a questão dos resíduos sólidos da construção civil e arborização urbana.

7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos apresentados;
8. Apresentar comprovação do cumprimento de todas as condições e restrições previstas no texto da Licença anterior;
9. Apresentar Declaração de que o empreendimento habitacional é de Interesse Social;
10. Comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.

V. RENOVAÇÃO

- I. Requerimento solicitando a renovação da Licença;
- II. O formulário específico para Licenciamento da Atividade devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;
- III. Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.
- IV. Atender os requisitos e condicionantes constantes nesta licença.

VI. OBSERVAÇÕES:

- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento.
- II. Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.
- III. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie.
- V. Esta licença só é válida para as condições contidas acima até a data de validade do documento ambiental, devendo sua renovação ser solicitada com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência.
- VI. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar.
- VII. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria.
- VIII. A presente licença ambiental é emitida com base na legislação vigente e Pareceres Técnicos dos seguintes profissionais: Biol. Patrícia Coelho Machado, Eng. Civil Eduardo Malta Pinto, Eng. Quím. Rodrigo Davesac, integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento Ambiental da SMMA, constantes no processo de licenciamento ambiental nº 069/2014.
- IX. Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.
- X. Anuência _____ aos _____ Termos _____ do _____ presente documento: _____

Wagner T. Silveira

p- Miriam Villamil Balestro

Secretária de Município do Meio Ambiente

Wagner Terra Silveira
Secretário Adjunto do Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Rio Grande

Wagner T. Silveira

Wagner Terra Silveira

Secretário Adjunto do Meio Ambiente

Confira a autenticidade deste documento em <http://riogrande.sislam.com.br/autenticidade>
Código de autenticidade: **1e2908eb22b1763**



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente
Estado do Rio Grande do Sul



LICENÇA AMBIENTAL - Licença Única

Nº: 1173

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei nº 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), por meio da Resolução nº 179, de 26 de fevereiro de 2008 no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA nº 102/2005, nº 110/2005, nº 111/2005, nº 167/2007, nº 168/2007, nº 232/2010 e COMDEMA nº 001/2011, conforme Parágrafo Único do Art. 1º da Lei Municipal nº 6.365/2007 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo nº 303 de 13-08-2014, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza :

I. EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Razão Social: UNIPERFFIL - Cooperativa Perfil de Trabalhadores Ltda
CNPJ: 08.602.788/0001-18
Endereço: Rua General Neto, 939 - apto 301
Bairro/CEP: Centro / 96015-280
Município/Estado: Pelotas / RS
Telefone: (53) 9923-9626
Email: luizrbender@gmail.com
Endereço para correspondência é o mesmo do Empreendedor: Sim
Representante Legal: Luiz Bender
CPF (Cargo): 200.790.870-00 (Engenheiro)

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO / PROPRIEDADE

Razão Social: UNIPERFFIL
CNPJ: *****
Endereço: Rua Roberto Socoowski, 000 -
Bairro/Loteamento: Junção
CEP: 96200-000
Área total do empreendimento: 10.208,19 m²

III. INFORMAÇÕES DO LICENCIAMENTO / ATIVIDADE

Nº Solicitação: 1348
Endereço da Atividade: Rua Roberto Socoowski - 000 - Junção
Rio Grande RS - 96200-000
Atividade/ Solicitação: CONDOMÍNIO PLURIFAMILIAR / LOTEAMENTO RESIDENCIAL
(Res. CONSEMA nº 111/2005)
Potencial Poluidor: Médio
Total licenciado: 10.208,19 Área Total em Hectares (ha)
Válida do dia: 15/08/2014 ao 15/08/2015 (365 dias).

IV. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. 1. Condições e restrições gerais:

1.1. Esta licença contempla, exclusivamente, a fase de Licença Única para a futura

implantação Condomínio Plurifamiliar/ Loteamento Residencial - UNIPERFIL – Cooperativa Perfil de Trabalhadores LTDA, no que se refere a sua viabilidade ambiental, localizada na Avenida Santos Dumont - Bairro Junção, Rio Grande – RS;

1.2. A área objeto do licenciamento, corresponde às construções da Quadra QVII B=10.208,1932 m², onde será construído um Condomínio Plurifamiliar com 13 unidades autônomas com um pavimento térreo e mais 3 pavimentos superiores;

1.3. Esta licença não contemplará outra atividade diferente da informada pelo empreendedor;

1.4. A presente Licença Única aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação;

1.5. No caso de qualquer alteração que a empresa pretenda fazer (alteração do tipo de processo, ampliação de área, realocação, etc.) deverá ser providenciado o licenciamento prévio junto à SMMA.

1.6. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que consta no Plano Ambiental Municipal (PLAM), a localização do empreendimento supracitado, referenciada pelas coordenadas geográficas 32°03'45.92"S e 52°08'56.42"O, corresponde a Zona de Desenvolvimento constituindo áreas aptas para o desenvolvimento de atividades econômicas licenciadas;

1.7. A Unidade de Conservação existente num raio de 10 km do empreendimento é a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, criada em 22 de abril de 2005, através da Lei Municipal n.º 6.084. Com relação à proximidade da APA, nada se tem a opor quanto à futura instalação do empreendimento, desde que o mesmo atenda à legislação ambiental vigente, bem como às condicionantes do licenciamento ambiental;

1.8. O planejamento do empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal N.º 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA N.º 303/2002, nas Leis Estaduais N.º 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e N.º 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Lei Municipal 6585/2008 (Plano Diretor Municipal);

1.9. Deverá ser destinada porcentagem da área do terreno para implantação de áreas verdes, afim de garantir a permeabilidade do solo;

1.10. O empreendedor deverá priorizar sistemas construtivos que objetivem a eficiência energética das edificações, a conservação da água, da biodiversidade e dos recursos naturais;

1.11. Esta licença só é válida se atender as legislações municipal, estadual e federal vigentes;

1.12. O empreendedor será responsável por manter as condições operacionais adequadas respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes de má operação no empreendimento;

1.13. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo a Lei 6.365/2007, em seu Art.

2. Quanto as vias de acesso:

2.1. A área do empreendimento deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras.

3. Quanto aos resíduos sólidos:

3.1. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;

3.2. Os resíduos da construção civil, gerados durante as obras de implantação do empreendimento, deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA n.º 307/2002;

3.3. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não

isenta as pessoas físicas ou jurídicas da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos;

3.4. Não poderão ser utilizados locais próximos a corpos hídricos, considerando seu leito maior sazonal, para descartes de bota-foras, nem lançados in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

3.5. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;

3.6. O empreendedor deverá se adequar a Lei Nº12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos.

4. Quanto a drenagem pluvial:

4.1. Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;

4.2. Não será permitido lançamento de esgotamento sanitário no sistema de esgotamento de águas pluviais.

5. Quanto à supressão de vegetação:

5.1. Não poderá haver qualquer atividade de supressão de vegetação arbórea nativa na área em questão, de acordo com a Lei Estadual n.º 9.519/92, Artigo 6º (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul);

5.2. Na necessidade de intervenção deverá ser requerida prévia autorização ambiental junto a SMMA e a compensação deverá ser efetuada de acordo com os critérios técnicos descritos no Art. 23 da Lei Municipal 6.832/2009.

6. Quanto aos riscos Industriais:

6.1. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

7. Com vista à Instalação do empreendimento ou Renovação da Licença Única, o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento assinado pelo proprietário, solicitando a Licença Única para fase de Instalação;

2. Projeto de construção aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP;

3. Projeto de Drenagem Pluvial e Memorial descritivo contendo sentido dos escoamentos e sua destinação final;

4. Projetos aprovados pela CORSAN;

5. Projetos de implantação de áreas verdes no lote a fim de manter a permeabilidade do solo;

6. Documentação complementar referente aos estudos requeridos no termo de referência Licença Prévia no que diz respeito:

- Informações sobre a Gleba - Memorial Descritivo informando as atividades que efetivamente serão desenvolvidas no local;

- Informações sobre abastecimento de água e tratamento de efluentes;

- Informações sobre o Meio Físico:

- Relatório Fotográfico e representativo da gleba;

- Diagnóstico do Potencial Arqueológico, realizado por um Técnico Responsável, com posicionamento do profissional sobre o uso da área e seus impactos para o uso proposto.

- Definição do Sistema de Tratamento de Efluentes a ser utilizado, contemplando também o que será implantado no canteiro de obras;

- Plano de controle ambiental completo, abrangendo:

- Identificação dos impactos ambientais, contendo descrição e caracterização dos impactos que advirão da implantação do empreendimento sobre os meios diagnosticados;

- Cronograma de Implantação das Obras, elaborados por profissionais devidamente

habilitados e com ART dos mesmos;

- Plano de controle ambiental, organizado com base nas informações de caracterização da gleba e identificação dos impactos ambientais, deve apresentar as propostas de medidas mitigadoras e compensatórias aos impactos identificados no item anterior;

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil;

- Programa de Educação Ambiental contemplando os funcionários da empresa contratada a realizar a construção do empreendimento, com ênfase sobre a questão dos resíduos sólidos da construção civil e arborização urbana.

7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos apresentados;

8. Apresentar comprovação do cumprimento de todas as condições e restrições previstas no texto da Licença anterior;

9. Apresentar Declaração de que o empreendimento habitacional é de Interesse Social;

10. Comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.

V. RENOVAÇÃO

- I. Requerimento solicitando a renovação da Licença;
- II. O formulário específico para Licenciamento da Atividade devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;
- III. Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal nº 5.741/2003.
- IV. Atender os requisitos e condicionantes constantes nesta licença.

VI. OBSERVAÇÕES:

- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento.
- II. Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.
- III. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie.
- V. Esta licença só é válida para as condições contidas acima até a data de validade do documento ambiental, devendo sua renovação ser solicitada com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência.
- VI. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar.
- VII. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria.
- VIII. A presente licença ambiental é emitida com base na legislação vigente e Pareceres Técnicos dos seguintes profissionais: Biól. Patricia Coelho Machado, Eng. Civil Eduardo Malta Pinto, Eng. Quím. Rodrigo Davesac, integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento Ambiental da SMMA, constantes no processo de licenciamento ambiental nº 075/2014.
- IX. Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.
- X. Anuência _____ aos _____ Termos _____ do _____ presente documento: _____

Rio Grande, 15 de Agosto de 2014

Míriam Villamil Balestro
Secretária de Município do Meio Ambiente

Wagner Terra Silveira
Secretário Adjunto do Meio Ambiente

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE ASSINADO E ARQUIVADO NESTA SECRETARIA